



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 8 DE MARÇO DE 2016

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, sob a presidência do Sr. Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal e com a presença dos Srs. Vereadores Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr. Francisco José de Matos, Dr.^a Alda Catarina Sequeira Rodrigues, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Prof. Rogério Fernandes Duarte e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço.

ABERTURA

Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a presente reunião, quando eram 09 horas e 30 minutos, passando a Câmara Municipal a ocupar-se dos seguintes assuntos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: Não houve qualquer intervenção neste período. -----

DELIBERAÇÃO N.º 98/16 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2016: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião referida em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído por todos os membros do Executivo.-----

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**DELIBERAÇÃO N.º 99/16 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA DO DIA 04 DE MARÇO DE 2016:** -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte situação dos saldos existentes no resumo diário da tesouraria referido em epígrafe: -----

- Operações Orçamentais: 359.151,19€ (trezentos e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e um euros e dezanove cêntimos). -----

- Operações não Orçamentais: 384.206,18€ (trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e seis euros e dezoito cêntimos). -----

DELIBERAÇÃO N.º 100/16 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:-----

1 - Tomar conhecimento dos pagamentos efetuados por deliberação da Câmara e por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do Sr. Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, no período de 22 de fevereiro a 04 de março de 2016, constantes da relação elaborada pela Secção de Contabilidade, constituída por 05 folhas, a qual importa da forma que a seguir se indica: em 651.086,64€ (seiscentos e cinquenta e um mil, oitenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos) de operações orçamentais e em 11.676,17€ (onze mil, seiscentos e setenta e seis euros e dezassete cêntimos) de operações de tesouraria a qual se dispensa de ser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

transcrita, depois de ter sido rubricada por todos os membros do Executivo, ficando a constituir o anexo I da presente ata. -----

2 - Tomar conhecimento dos despachos dados pelo Sr. Vereador Dr. Francisco José de Matos, em processos que decorreram na Secção de Contencioso, Taxas e Licenças, no período de 23 de fevereiro a 07 de março de 2016, constantes da seguinte relação elaborada por aquela Secção:-----

NOME	RESIDÊNCIA/SEDE	ASSUNTO	LOCAL
Marta Maria Soveral Marques Mouro, Membro da Comissão de Finalistas da Escola Secundária de São Pedro do Sul	Largo do Cruzeiro - Serrazes	Licenciamento Para Instalação e Funcionamento de Recintos de Diversão Provisória	Recinto Fechado - Salão Polivalente da Escola Secundária de São Pedro do Sul - São Pedro do Sul
Conselho Diretivo dos Baldios de Dianteiro e Outros de Santa Cruz da Trapa	Rua da Escola, nº. 11 - Santa Cruz da Trapa	Licenciamento Para Instalação e Funcionamento de Recintos Improvisados e Exercício de Divertimentos Públicos	Ar Livre - Festa de São José - Largo das Festas do Dianteiro - Santa Cruz da Trapa
Paróquia de Várzea de Lafões	Rua da Igreja, nº. 331 - Várzea SPS	Licenciamento Para o Exercício de Divertimentos Públicos e de Atividades de Caráter Desportivo	Via Sacra do Senhor - Trajeto: Igreja de Várzea, Rua da Misericórdia, Rua Dr. José Correia de Oliveira, Igreja Paroquial de São Pedro do Sul - São Pedro do Sul
Paróquia de Várzea de Lafões	Rua da Igreja, nº. 331 - Várzea SPS	Licenciamento Para o Exercício de Divertimentos Públicos e de Atividades de Caráter Desportivo	Procissão de Nossa Senhora da Saúde - Trajeto: Igreja, Rua do Paço, Rua António José de Almeida, Rua Principal, Travessa do Rio, Rua da Inatel - Termas

3 - Tomar conhecimento dos despachos dados pelo Sr. Vereador Dr. Francisco José de Matos, em processos de obras e outros que correm seus termos na Secção de Obras e Urbanismo, no período de 23 de fevereiro a 07 de março de 2016, constantes da seguinte relação elaborada por aquela Secção: -----

Nº PROCº	REQUERENTE	LOCAL DA OBRA	TIPO PEDIDO	TIPO OBRA
01/1998/67/0	João Pedro Almeida Fernandes	Mourel - União das freguesias de Carvalhais e Candal	Reclamação	Habitação
01/2015/32/0	Filipe Alexandre da Fonseca Alves	Rua Principal - Germinade - União das freguesias de Carvalhais e Candal	Projeto de arquitetura	Arrumos
01/1990/210/0	Arlindo Rocha Ferreira	Termas de S. Pedro do Sul - União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	Participação de obra de escassa relevância	Galinheiro
01/2015/46/0	Maria Duarte Videira	Rua da Eira - Pindelo dos Milagres	Projeto de arquitetura	Habitação
01/2015/55/0	José Ricardo de Sousa Lima	Cotões - União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	Licença de Obras	Habitação
01/2015/56/0	Vítor Manuel Moreira Almeida	Galifães - União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	Licença de Obras	Habitação
01/2015/60/0	Maria Odete Ferreira Pereira Almeida	Casalinho - Vila Maior	Licença de Obras	Piscina
01/2015/3/0	Luís Miguel Barros Casais	Rua Principal, 190 - Penso - Serrazes	Alterações	Habitação
01/1997/223/0	Luís Alberto Rodrigues Paiva	Rua de S. João, 184 - Pinho	Fotocópias	Fotocópias
01/2011/99/0	Eurico dos Santos Marques Dias	Lageal - Manhouce	Autorização de Utilização	Arrumos
01/2007/50/0	Collections "R" Company, Lda.	Freixo - Serrazes	Projeto de arquitetura	Habitação
01/2015/3/0	Luís Miguel Barros Casais	Rua Principal, 190 - Penso - Serrazes	Prorrogação licença de obras	Habitação
01/2002/147/0	Maria Cristina Figueiredo de Lima Almeida	Sobral - Furnas - Pinho	Segunda via	Aviário



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

01/2007/138/0	Bernardino Almeida e Costa & Filhos, SA	Fundo da Aldeia - Valadares	Fotocópias	Fotocópias
01/1983/158/0	Emanuela Barile	Rua da Cruz, 49 - Várzea - União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	Fotocópias	Fotocópias
01/2014/46/0	Luís Filipe Ferreira Borges	Trav. Moinho, 17 - V. Nova - União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões	Fotocópias	Fotocópias
01/1993/95/0	Construções Laurindo de Almeida, Lda.	Loteam. da Quinta do Marquês - lote B - União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	Fotocópias	Fotocópias
10/2015/55/0	Maria Alice Tavares Pereira	Trav. Cavadas, 4 - Cavadas - União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões	Pedido certidão	Certidão
11/1999/186/0	Lopes & Covelo - Mobiliário e Decorações, Lda.	Av. Dr. António Correia Oliveira - União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	Cancelamento de publicidade	Publicidade
17/2016/2/0	Município de São Pedro do Sul	Ferreiros - Serrazes	Reclamação	Habitação
18/2015/15/0	António de Almeida Rodrigues	Rua do Olival, 10 - Sobrosa - União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões	Participação de obra de escassa relevância	Alpendre

4 - Tomar conhecimento dos despachos dados pelos Srs. Vereadores Dr. Francisco José de Matos e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, em processos que correm seus termos na Secção de Obras e Serviços Urbanos, no período 23 de fevereiro a 07 de março de 2016, constantes da seguinte relação elaborada por aquela Secção:-----

NºPROCº	NOME	ASSUNTO	MORADA
18.02.16	Alcides de Almeida Ferreira	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Cotões - São Pedro do Sul
18.02.16	Serafim Pinto Ferreira	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Oliveira - Sul
18.02.16	Aníbal Almeida	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Lourosa da Trapa - Santa Cruz da Trapa
18.02.16	Maria Adelaide de Almeida	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Covelo - Valadares
18.02.03	Manuel Carlos da Cunha Pinho	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Ladreda - Figueiredo de Alva
18.02.16	Manuel Camilo Pinheiro da Rocha	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Passareira - Pinho
18.02.16	Manuel Martins Amaral (3 ocupações)	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Ervilhal - Sul
18.02.16	Hotel Vouga - Amélia Marques, Lda	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Termas - São Pedro do Sul
18.02.16	Júlio de Figueiredo Sebastião	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Aldeia - Vila maior
18.01.01	Dinis Alexandre Pinto	Concessão do terrado da feira Nova	Nelas
18.02.16	Manuel Martins de Almeida	Renovação de licença de ocupação da via pública com canos	Ranhados - São Pedro do Sul

5 - Tomar conhecimento de terem sido emitidas as seguintes licenças: Na Secção de Contencioso, Taxas e Licenças, no período de 23 de fevereiro a 07 de março de 2016: Licenças de Diversão (01), Coimas referentes a Processos de Contra-Ordenação (01), Diversos (Certidões / Declarações, etc.) (02), Execuções Fiscais (12), Taxa Municipal de Direitos de Passagem (02) e Licenças de Táxis (06); Na Secção de Obras e Urbanismo, no período de 23 de fevereiro a 07 de março de 2016: Licenças de Construção (01), Licenças de Utilização (02) e Ocupação do Espaço Público (01); Na Secção de Obras e Serviços Urbanos, no período de 23 de fevereiro a 07 de março de 2016: Concessão/Renovação de lugares nas Feiras Nova, Velha e Termas (06), Travessia/Ocupação Via Pública com Canos (07) e Licenças de Cemitério (04). -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO N.º 101/16 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO APRESENTADO PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E SOCIAL DO BAIRRO DA PONTE: -----

Foi presente comunicação da Associação Cultural Recreativa e Social do Bairro da Ponte respeitante ao assunto referido em epígrafe (registo "MyDoc" n.º 2220, de 17/02/2016), tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, conceder o apoio solicitado para a construção de arrecadação/anexo à associação, bem como para a reparação de infiltrações de água do exterior da sede, assim cedendo os materiais, mencionados naquela comunicação que aqui se dá por integralmente reproduzida. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 102/16 - PEDIDO DE APOIO APRESENTADO PELA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL, PARA REPARAÇÕES NA SUA VIATURA: -

Analisado o pedido referido em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder apoio à associação em causa, mediante a cedência de mão-de-obra para a reparação da sua viatura nas oficinas da Câmara Municipal, sendo da responsabilidade da MUT a aquisição dos materiais necessários e desde que não prejudique o serviço de reparação de viaturas municipais. -----

DELIBERAÇÃO N.º 103/16 - PROPOSTA DE GESTÃO DOS BARES NAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DE ESPAÇO PARA REFEIÇÕES, APRESENTADA PELA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL: -----

Analisada a proposta referida em epígrafe, constante da comunicação da associação em causa, registada no MyDoc sob o n.º 2410, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: no que respeita ao pedido de funcionamento ininterrupto do bar do edifício da Câmara Municipal e de ali serem servidas sopas à hora de almoço, não se vê inconveniente, sendo que a autorização que ora se concede fica condicionada à disponibilidade dos trabalhadores do Município que asseguram aquele serviço; relativamente ao retomar de funcionamento do bar dos serviços instalados no Edifício Avenida, também não se vê inconveniente, desde que seja a própria MUT a assegurar a responsabilidade pelo colaborador que preste o serviço em causa. Finalmente e no que concerne ao serviço que é pretendido assegurar nas instalações da MUT, entendeu a Câmara Municipal não ter que se pronunciar por não se tratar de instalações suas. -----

DIVISÃO FINANCEIRA**DELIBERAÇÃO N.º 104/16 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS, PARA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS TIDAS COM A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: -----**

Analisado o assunto referido em título (registo "MyDoc" n.º 22415, de 27/11/2015), a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verbas para as freguesias indicadas no mapa anexo àquele registo, no valor total de 1.147,47€ (mil, cento e quarenta e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

sete euros e quarenta e sete cêntimos), assim se autorizando a assunção dos respetivos compromissos.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 105/16 - PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, datada de 03 de março, com o seguinte teor: “Proposta - De acordo com o definido no n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, (LOE 2015), conjugado com o n.º 12 do mesmo artigo e Lei, bem como nos n.ºs 2 e 3 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho; Em observância do disposto na Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo, aplicável a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e, ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia, celebrados por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, (LGTFP), como é o caso das autarquias locais; Considerando que: Não existe a possibilidade de satisfazer a necessidade com recurso ao atual quadro de pessoal; O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto e conforme abaixo descrito, não reveste a natureza de trabalho subordinado, sendo prestado com autonomia; Não se encontra sujeito à disciplina e à direção do contratante nem impõe o cumprimento de horário de trabalho; Não é possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir; Proponho, que a Câmara Municipal dê parecer positivo à contratação de serviços que se discrimina: Âmbito: Prestação de serviços de Elaboração do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) no âmbito da Política das Cidades; Fundamentação: As intervenções aos níveis da reabilitação de edifícios, reabilitação de espaços públicos, reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão e o desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à promoção da atividades económicas, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais, devem estar enquadradas num Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) para o centro urbano e a área de implantação da ARU já aprovada, conforme dispõe os artigos 120.º e 121.º da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro. Prazo: Contrato de prestação de serviços com duração máxima de 60 dias; Valor Máximo Estimado: O valor base do procedimento será de 49.950,00€, a que acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor; Tipo de Procedimento: O procedimento de formação do contrato será o ajuste direto, adotado nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, garantindo-se assim o regime legal da aquisição de serviços e simultaneamente a regular situação fiscal e contributiva do co-contratante; Informa-se finalmente que face ao disposto no n.º 1 do artigo 75º da lei n.º Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, (LOE 2015), não é aplicável à presente aquisição de serviços a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez não se trata de uma renovação ou a celebração com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015.”. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO N.º 106/16 - PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE DIVERSAS ATIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS NO ÂMBITO DAS FESTAS DA CIDADE 2016:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, datada de 03 de março, com o seguinte teor: “Proposta - De acordo com o definido no n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, (LOE 2015), conjugado com o n.º 12 do mesmo artigo e Lei, bem como nos n.ºs 2 e 3 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho; Em observância do disposto na Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo, aplicável a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e, ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia, celebrados por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, (LGTFP), como é o caso das autarquias locais; Considerando que: Não existe a possibilidade de satisfazer a necessidade com recurso ao atual quadro de pessoal; O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto e conforme abaixo descrito, não reveste a natureza de trabalho subordinado, sendo prestado com autonomia; Não se encontra sujeito à disciplina e à direção do contratante nem impõe o cumprimento de horário de trabalho; Não é possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir; Proponho, que a Câmara Municipal dê parecer positivo à contratação de serviços que se discrimina: Âmbito: Prestação de serviços de agenciamento, organização e realização de diversas atividades culturais e recreativas no âmbito das Festas da Cidade de São Pedro do Sul; Fundamentação: Face à diversidade cultural que se pretende proporcionar nos dias em que irão decorrer as festas da Cidade e os diversos e exigentes meios técnicos envolvidos; Considerando as anteriores experiências similares desenvolvidas nos anos anteriores, considera-se sob ponto de vista técnico e económico muito vantajosa a contratação externa dos serviços que se propõem. Prazo: Contrato de prestação de serviços com duração máxima de 4 dias; Valor Máximo Estimado: O valor base do procedimento será de 28.455,28€, a que acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor; Tipo de Procedimento: O procedimento de formação do contrato será o ajuste direto, adotado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, garantindo-se assim o regime legal da aquisição de serviços e simultaneamente a regular situação fiscal e contributiva do co-contratante; Informa-se finalmente que face ao disposto no n.º 1 do artigo 75º da lei n.º Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, (LOE 2015), não é aplicável à presente aquisição de serviços a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez não se trata de uma renovação ou a celebração com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015.”, ficando a presente aprovação condicionada à existências de dotação orçamental e de fundos disponíveis para o efeito. -----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

DELIBERAÇÃO N.º 107/16 - LOTEAMENTO DA QUINTA DO MAJOR SOARES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO PEDRO DO SUL, VÁRZEA E BAIÕES –



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS: -----

Analisado o processo respeitante ao assunto referido em epígrafe, e tendo em vista a realização de vistoria ao muro sito no loteamento em causa, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta do Sr. Vereador Dr. Francisco José de Matos, nomeando a seguinte comissão de vistoria: Eng.^a Carla Isabel Sousa Pereira, Eng.^o Rogério Paulo Gomes Lima e Fiscal Municipal Paulo Pinto de Almeida. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 108/16 - EDIFÍCIOS EM RUÍNAS SITOS NA RUA DE OLIVENÇA - TRAVESSA DA PONTE NOVA, NA RUA DO PAÇO - NEGRELOS, NA RUA DO CANTO - PINDELO DOS MILAGRES E NA TRAVESSA DO FORNO - BAIRRO DA PONTE - NOMEAÇÃO DAS COMISSÕES DE VISTORIA: -----

Analisados os processos respeitantes ao assunto referido em epígrafe, e tendo em vista a realização de vistoria aos edifícios em causa, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta do Sr. Vereador Dr. Francisco José de Matos, nomeando as seguintes comissões de vistoria: para os edifícios sitos na União de Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões - Arqt.^a Ana Patrícia Silva Carriço, Eng.^o Álvaro Santos Rolo e Fiscal Municipal Paulo Pinto de Almeida; para o edifício sito em Pindelo dos Milagres - Arqt.^a Ana Patrícia Silva Carriço, Eng.^o Álvaro Santos Rolo e Fiscal Municipal Rui Manuel Ferreira Almeida. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 109/16 - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ATIVIDADE PECUÁRIA: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, concordar com a proposta respeitante ao assunto em título, no sentido de propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização dos estabelecimentos ou instalações respeitantes aos processos apresentados e que constam da seguinte lista elaborada pela DPGU: -----

MORADA	LOCALIDADE	REQUERENTE
Gralheira	São Cristóvão de Lafões	Maria Manuela Ferreira Rodrigues Covêlo
Sequeiro	Manhouce	António José de Sousa Fernandes
Figueirosa	Bordonhos	Joaquim Manuel Matos de Almeida
Adega	Manhouce	Almerinda Tavares Prior Vaz
Sacados	São Félix	José Martins de Barros
Ortigueira	Valadares	António Rodrigues
Casal São Félix	São Félix	Adelino Almeida Figueiral



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO N.º 110/16 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO ALTO DO BARRO: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto Barro, a qual aqui se dá por integralmente reproduzida, depois de ter sido rubricada por todos os membros do Executivo, ficando a constituir o anexo II da presente ata. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**DELIBERAÇÃO N.º 111/16 - PEDIDO DE RESERVA DE SEPULTURA NO CEMITÉRIO DA CIDADE (PROC.º 2015/18.03.10/390): -----**

Analisado o pedido referido em epígrafe e bem assim informação dos respetivos serviços, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a reserva pretendida. -----

DELIBERAÇÃO N.º 112/16 - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE NOME DE RESPONSÁVEL DE RESERVA DE SEPULTURA (PROC.º 2015/18.03.10/408): -----

Analisado o pedido referido em epígrafe e bem assim informação dos respetivos serviços, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido em causa. -----

DELIBERAÇÃO N.º 113/16 - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE TARIFÁRIO SOCIAL DE ABASTECIMENTO DOMICILIÁRIO DE ÁGUA (PROC.º 2016/18.02.03/64): -----

Analisado o pedido respeitante ao assunto referido em epígrafe e atenta a informação da Técnica Superior de Ação Social (registo "MyDoc" n.º 2577, de 22/02/2016), que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a mesma, no sentido de conceder ao munícipe em causa a isenção total com os custos das faturas de abastecimento domiciliário de água para o ano de 2016, uma vez que a atribuição do tarifário social não resolveria a situação, face ao seu contexto social e económico de pobreza severa. -----

DELIBERAÇÃO N.º 114/16 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, APRESENTADO POR ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA ROCHA (PROC.º 2015/18.04.06/45): -----

Analisado o pedido respeitante ao assunto referido em epígrafe e atenta a informação da Fiscalização Municipal (registo "MyDoc" n.º 16078, de 27/11/2015), que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a mesma, no sentido de se isentar o munícipe em causa do pagamento referente à tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos relativa ao ano de 2016, face à falta de condições de habitabilidade da habitação. -----

EQUIPA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E AÇÃO SOCIAL**DELIBERAÇÃO N.º 115/16 - OFERTA DE LIVROS PELA ACADEMIA DE LETRAS E ARTES LUSÓFONAS: -----**



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a oferta pela Academia de Letras e Artes Lusófonas das publicações que a seguir se indicam: “Zélia Gattai – A Bem-Amada”; “Rimas Perdidas – Ensaio sobre Florbela Espanca” e “Uma aproximação à Fase Negra de Manuel Filipe”.-----

DELIBERAÇÃO N.º 116/16 - PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL GRUPO RECREATIVO E CULTURAL DE FERMONTELOS, PARA CEDÊNCIA DE MOBILIÁRIO PARA A SUA SEDE: -----

Analisado o pedido referido em epígrafe (registo “MyDoc” n.º 1472, de 01/02/2016), a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ceder à associação em causa o mobiliário que está disponível, constante da informação dos serviços do Gabinete de Educação e Cultura, de 03/02/2016, com o registo supra referido.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

DELIBERAÇÃO N.º 117/16 - PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE APRESENTADOS PELA ASSOL - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE LAFÕES: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência de transporte, a título gratuito, à ASSOL - Associação de Solidariedade Social de Lafões, para a deslocação de 25 utentes a Campia, a fim de participarem em atividades a decorrer no dia 16 de março, das 09h15 às 12h30, e bem assim para o transporte de utente de Pindelo dos Milagres para São Pedro do Sul, às 09h15, durante a época escolar.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

DELIBERAÇÃO N.º 118/16 - PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE PALCO APRESENTADOS POR DIVERSAS ENTIDADES: -----

Analisados os pedidos referidos em título, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita de palco nos termos regulamentados, à Comissão de Festas de Negrelos nos dias 13 a 15 de agosto e ao Rancho Folclórico de Pesos de Sul nos dias 25 e 26 de junho e 2 e 3 de julho do corrente ano.-----

DELIBERAÇÃO N.º 119/16 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - PEDIDO DE REAPRECIÇÃO (PROC.º 2015/13.02.00/407):-----

Analisado o processo em referência e atenta a informação da Técnica Superior de Ação Social, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a mesma no sentido de ser mantido para o ano letivo de 2015/2016 o teor da deliberação tomada a respeito em 2015, atendendo a que se mantêm os mesmos pressupostos da avaliação socioeconómica da requerente, sendo que no próximo ano letivo a criança já irá beneficiar do escalão A.-----

DELIBERAÇÃO N.º 120/16 - PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DA 2.ª EDIÇÃO DO CONVÍVIO SÊNIOR: -----

Foi presente proposta do Gabinete de Educação e Cultura respeitante ao assunto referido em epígrafe (registo “MyDoc” n.º 3065, de 02/03/2016), que aqui se dá por integralmente reproduzida, com a qual a Câmara Municipal concordou, assim deliberando, por maioria, com



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

quatro votos a favor (dos Srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores Dr. Francisco José de Matos, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço) e três abstenções (dos Srs. Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr.^a Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Prof. Rogério Fernandes Duarte), aprovar a iniciativa em causa a realizar durante o mês de junho, com viagem a Viana do Castelo, mediante a contratualização do aluguer de autocarros até ao número máximo de 16 e a aquisição de 1.000 bonés, condicionando-se esta autorização à existência de dotação orçamental e fundos disponíveis para o efeito.-----

DELIBERAÇÃO N.º 121/16 - PEDIDO DE SUBSÍDIO APRESENTADO PELO RANCHO FOLCLÓRICO DE PESOS DE SUL: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir subsídio ao Rancho Folclórico de Pesos de Sul no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), para apoio à realização do Festival de Folclore no próximo dia 03 de julho, condicionando-se esta atribuição à existência de fundos disponíveis para o efeito.-----

DELIBERAÇÃO N.º 122/16 - PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE "MARCHAS POPULARES 2016": -----

Foi presente proposta do Gabinete de Educação e Cultura respeitante ao assunto referido em epígrafe (registo "MyDoc" n.º 1184, de 26/01/2016), que aqui se dá por integralmente reproduzida, com a qual a Câmara Municipal concordou, assim deliberando, por unanimidade, apoiar a iniciativa em causa a realizar no próximo dia 26 de junho, atribuindo verba no valor de 1.000,00€ (mil euros) a cada Junta de Freguesia que aderir a esta atividade, e bem assim a atribuição de prémios monetários aos três primeiros classificados, no valor total de 1.000,00€ (500,00€ para o primeiro classificado, 300,00€ para o segundo e 200,00€ para o terceiro), condicionando-se esta atribuição à existência de fundos disponíveis para o efeito.-----

DELIBERAÇÃO N.º 123/16 - FESTAS DA CIDADE 2016 - NORMAS DE CEDÊNCIA DE STANDS E ESPAÇOS NAS FESTAS:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o teor das normas de cedência de stands e espaços nas Festas da Cidade 2016, remetidas a coberto da informação do Gabinete de Educação e Cultura (registo "MyDoc" n.º 2457, de 18/12/2015), as quais a seguir se transcrevem: "FESTAS DA CIDADE 2016 | 25 a 29 de Junho de 2016 - Proposta de normas e critérios para o aluguer de stands e espaços para as Festas da Cidade de S. Pedro do Sul, de 25 a 29 de junho de 2016 - 1. Aluguer de stands de restauração do Município: 1.1. No âmbito da restauração, estão previstos dois tipos de espaços: tasquinhas e restaurantes; 1.2. Será atribuído um ou dois stands, consoante se trate de tasquinhas ou restaurantes, respetivamente; 1.3. Os requerentes deste tipo de stands deverão fazer prova de que estão estabelecidos no concelho com este ramo de atividade e legalmente coletados, devendo efetuar essa comprovação no ato do pedido. Estão excluídos deste requisito as associações legalmente constituídas no concelho; 1.4. Os stands encontram-se equipados com luz, corrente elétrica, água e um balcão; 1.5. Os stands serão concentrados no Espaço Restauração com mesas e bancos comuns a esta área, fornecidos pela Câmara Municipal em local a definir pela mesma; 1.6. O aluguer de cada stand tem o valor de 150 €; 1.7. A venda de comida e bebidas será exclusiva dos stands de restauração, incluindo as bebidas de pressão, sem



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

prejuízo das alíneas 1.1. e 1.3. do número 3. da presente proposta; 1.8. É da responsabilidade dos requerentes o cumprimento de todas as normas legais de venda e faturação deste tipo de produtos, incluindo as correspondentes condições e normas de salubridade, higiene e segurança alimentares. 2. Aluguer de outros stands: 2.1. Tendo em conta o número de stands disponíveis pelo município bem como o espaço reservado à instalação destas estruturas, será considerada a ordem de entrada dos pedidos nos serviços do GAM da Câmara Municipal; 2.2. Não está limitado o pedido de um stand para cada requerente; 2.3. O aluguer de cada stand tem o valor unitário de 100 €; 2.4. Os stands estão equipados com luz e corrente elétrica. 3. Aluguer de espaços com estruturas próprias: 3.1. Cada roulotte, reboque, semi-reboque, viatura adaptada para o mesmo fim ou estrutura equivalente tem o preço unitário de 500 € por unidade. Estão autorizados a vender comidas e bebidas, aplicando-se a estes as normas referidas no ponto 1.8.; 3.2. As restantes estruturas próprias, incluindo os anexos às estruturas referidas no ponto anterior, têm o preço de 20 € por cada m², sendo cobrado o valor mínimo de 50 €; 3.3. Os requerentes deste tipo de espaços poderão vender comidas e bebidas desde que façam prova de que estão estabelecidos com este ramo de atividade e legalmente coletados, aplicando-se a estes as normas referidas no ponto 1.8.; 3.4. A pista de carrinhos de choque tem o preço de 1000 €; 3.5. Os carros infantis mecânicos têm o preço unitário de 750 €. 4. Disposições gerais: 4.1. Serão apenas considerados os pedidos para o aluguer de stands e espaços que derem entrada nos serviços do GAM da Câmara Municipal, em requerimento próprio, até ao dia 9 de maio de 2016, a contar da data de aprovação da presente proposta em Reunião de Câmara Municipal; 4.2. Cada stand tem as seguintes dimensões: 2,40 m x 2,40 m, numa área total de 5,76 m²; 4.3. O pagamento do aluguer dos espaços e stands nas Festas da Cidade deverá ser feito impreterivelmente até ao dia 17 de junho de 2016 na Tesouraria da Câmara Municipal; 4.4. As associações e juntas de freguesia do concelho pagam metade dos valores referidos; 4.5. Reserva-se o direito da Câmara Municipal à não admissão ou exclusão de pedidos de stands ou espaços a requerentes nas seguintes condições: a) Falta de pagamento de anos anteriores; b) Falta de pagamento nas condições definidas no ponto 4.3. da presente proposta; c) Quando o número de pedidos, de stands ou espaços, exceda a disponibilidade dos mesmos; d) Aos requerentes que não sejam residentes ou não exerçam a sua atividade no concelho se o número de pedidos exceder a oferta disponível de stands e/ou espaços (critério de preferência regional); 4.6. A resposta aos pedidos será comunicada, por escrito, até ao dia 31 de maio de 2016; 4.7. Reserva-se o direito da Câmara Municipal à admissão de pedidos de stands ou espaços após os limites temporais estabelecidos nas seguintes condições, cumulativamente: a) exista disponibilidade de stands e/ou espaços; b) se os pedidos se considerarem enquadrados no âmbito dos objetivos deste evento; 4.8. Serão imputadas responsabilidades aos requerentes pela utilização inadequada dos stands e que provoquem ou permitam danos nestas estruturas, assim como do espaço adjacente; 4.9. Oportunamente serão definidos e informados os horários do evento, sendo obrigatório o cumprimento dos mesmos; 4.10. O vereador responsável pelo pelouro da Cultura poderá, excecionalmente e considerados os fins a que se destinam a ocupação dos stands e espaços, isentar ou reduzir o valor a pagar pelos requerentes; 4.11. Mediante o tipo de estruturas, a Câmara Municipal poderá exigir a entrega de uma caução, nunca superior a 20% do valor pago pelo requerente. 5. Disposições finais: Qualquer situação não prevista no presente Regulamento deverá ser analisada e resolvida pela Câmara Municipal, na pessoa do vereador responsável pelo pelouro da Cultura.”. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Nesta altura, quando eram 09 horas e 48 minutos, nada mais havendo a tratar, deu-se a presente reunião por encerrada, dela para tudo constar, se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, pela Chefe da Divisão Administrativa, Dr.^a Ana Teresa Soares de Melo Camarate de Campos Seia de Matos e por mim, António Miguel Perdigoto Girão, Coordenador Técnico da Secção de Expediente Geral. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

O COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE EXPEDIENTE GERAL,